**CARTA CONVITE Nº001/2013**

**O CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO RIO GRANDE DO SUL, CAU/RS**, na forma que dispõe a Lei Federal n° 8.666/93, comunica que será realizada licitação na modalidade de **CARTA CONVITE**, do tipo **MENOR PREÇO**, sendo objeto a **AQUISIÇÃO DE 50(CINQUENTA) UNIDADES DO PACOTE DE SOFTWARES OFFICE HOME AND BUSINESSS 2010,** conforme as especificações e condições estabelecidas no processo protocolado sob n°012/2013.

|  |  |
| --- | --- |
| **DATA DA ABERTURA DAS PROPOSTAS:** | **07 DE FEVEREIRO DE 2013** |
| **HORÁRIO DA ABERTURA DAS PROPOSTAS:** | **14:30 HORAS** |
| **LOCAL DA ENTREGA DAS PROPOSTAS:** | **TRAVESSA ENGENHEIRO ACYLINO DE CARVALHO, Nº33, SALA Nº 22, CENTRO, EM PORTO ALEGRE/RS** |

**01 – DO OBJETO DA LICITAÇÃO:**

**O OBJETO DA PRESENTE LICITAÇÃO É A AQUISIÇÃO DE 50(CINQUENTA) UNIDADES DO PACOTE DE SOFTWARES OFFICE HOME AND BUSINESSS 2010 – MICROSOFT – NOVOS, SEM USO ANTERIOR, CONTENDO WORD 2012, EXCEL 2010, POWERPOINT 2010, ONENOTE 2010 E OUTLOOK 2010.**

**02 - DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS:**

2.1. As propostas deverão ser entregues pelos interessados, impreterivelmente até às 14 (quatorze) horas, na data e local acima determinados.

2.2. As propostas deverão ser apresentadas em 01 (uma) via, sem rasuras ou entrelinhas, datadas e assinadas pelo responsável legal.

2.3. A documentação de habilitação e a proposta de preço deverão ser entregues em envelopes distintos, devidamente identificados e lacrados, como se segue:

**ENVELOPE 01 CC 001/2013 – DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO**

**ENVELOPE 02 CC 001/2013 – PROPOSTA DE PREÇO**

2.4. Os envelopes deverão ter o seguinte endereçamento:

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO CAU/RS**

**TRAV. ENGº. ACYLINO DE CARVALHO, Nº33, SALA Nº22, CENTRO, PORTO ALEGRE/RS**

**CC N° 001/2013- ABERTURA: 07/02/2013 - HORÁRIO: 14:30 HS**

**03 – DA HABILITAÇÃO – ENVELOPE 01:**

As empresas deverão apresentaros seguintes documentos, em conformidade com a Lei 8.666/93, devendo ser **autenticados** exclusivamente os referidos nos  **itens 3.1 e 3.2:**

3.1. Documentos relativos à **Habilitação Jurídica**:

a) Registro comercial, no caso de empresário ou sociedade empresarial e outras previstas no CCB;

b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado no órgão competente, em se tratando de empresário, sociedades simples e comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documento de eleição de seus administradores.

3.2. Documentos relativos à **Qualificação Econômica:**

**Certidão Negativa de Falência ou Recuperação Judicial** expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, comdata não superior a **30 (trinta)** dias anteriores à data de abertura da presente licitação*.*

3.3. Documentos relativos à **Regularidade Fiscal**:

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

b) Prova de regularidade para com os seguintes órgãos:

I - INSS - Certidão Negativa de Débito/INSS

II - FGTS – Certificado de Regularidade do FGTS

III - Fazenda Federal (Certidão de Quitação de Tributos e Contribuições Federais)

IV - Fazenda Municipal - Certidão relativa ao ISSQN

V- Prova de Regularidade Trabalhista (CNDT)

3.4. Apresentar o formulário, modelo, identificado como **ANEXO I** deste edital, devidamente preenchido e assinado por seu representante legal, em conformidade com os estatutos, ou por procurador, investido de poderes para tal, caso em que será exigido o instrumento de mandato.

3.5. As licitantes que quiserem participar da sessão de abertura dos envelopes deverão fazê-lo através de seu(s) representante(s) legal(is), ou por representante(s) especialmente designado(s) para esse fim, sendo neste caso exigida a designação escrita, nos moldes no **ANEXO II** deste edital, **assinada pelo representante legal**, em conformidade com os estatutos apresentados, **ou por procurador** investido de poderes para tal, caso em que será exigido o instrumento de mandato.

3.6. Caso a empresa seja optante pelo Simples, deverá apresentar o formulário, identificado como **ANEXO IV** deste edital, **devidamente preenchido e assinado por seu representante legal**, em conformidade com os estatutos e/ou Certidão de Registro Comercial apresentados, **ou por procurador**, investido de poderes para tal, caso em que será exigido o instrumento de mandato, se for o caso.

**NOTA:**

|  |
| --- |
| **Os documentos constantes nos subitens do 3.3. b que não possuírem os PRAZO DE VALIDADE expresso no corpo do formulário, deverão, OBRIGATORIAMENTE, ter a data de emissão não superior à 90 (noventa) dias anteriores a data de abertura das propostas. O documento referido no item 3.2. não poderá ter data de emissão superior à 30 (trinta) dias anteriores a data da abertura das propostas.** |

**04 - DA PROPOSTA DE PREÇO - ENVELOPE 02:**

4.1. Considerando que deverão estar incluídos na proposta os produtos descritos no objeto deste edital, a proposta de preço deverá conter:

4.1.1. O preço unitário para o fornecimento de 01(uma) unidade de **PACOTE OFFICE HOME AND BUSINESS 2010**, descrito no objeto deste edital, e preço global para fornecimento de 50(cinquenta) unidades, expressos em reais, nos quais devem estar incluídas todas as despesas, especialmente com taxas, impostos, encargos sociais, fiscais, administrativos, material, mão-de-obra, inclusive fretes, instalações e todos os tributos incidentes, e demais condições para o fornecimento;

* + 1. Prazo de entrega, que não poderá exceder a 30(trinta) dias;
    2. A validade da proposta nunca inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de abertura das propostas, sendo que em caso de omissão, considerar-se-á o mínimo estabelecido;
    3. O prazo de garantia, sendo de no mínimo 01 (um) ano.

4.2. A formulação da proposta implica na aceitação de que o pagamento pelos produtos fornecidos se dará na forma especificada no item 10.0 deste ato convocatório.

4.3. A proposta, uma vez aberta, vincula o licitante obrigando-o a fornecer os serviços a ele adjudicados.

4.4. As licitantes poderão ser convocadas para prestarem esclarecimentos e/ou informações complementares, desde que isso não importe em modificação das condições propostas.

**05 – DO JULGAMENTO**:

5.1. O critério de julgamento é o menor preço global para fornecimento do objeto, sendo considerada vencedora apenas uma licitante.

5.2. A Comissão de licitações irá sugerir sobre a aceitação ou rejeição das propostas apresentadas, e as classificará em ordem crescente de preços, após análise dos demais fatores estabelecidos neste Edital.

5.3. No caso de empate em preços entre duas ou mais propostas, a classificação se fará por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados.

5.4. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às condições aqui estabelecidas.

5.5. Quando todos os licitantes forem inabilitados ou todas as propostas forem desclassificadas, por não atenderem às exigências deste ato convocatório ou contiverem preços excessivos ou manifestamente inexeqüíveis, a Comissão poderá fixar aos licitantes o prazo de 03 (três) dias úteis para a apresentação de outras propostas, sanadas as causas que deram motivo à desclassificação e/ou inabilitação.

**06 - DO RECURSO:**

6.1. Cabe recurso no prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar da correspondente abertura dos envelopes nº 01 e nº 02, bem como nos demais casos previstos na Lei nº 8.666/93.

6.2. Os recursos eventualmente interpostos serão apreciados pela Comissão de Licitações, que se mantiver seu julgamento os encaminhará ao Presidente do CAU/RS, em conformidade o Art. 109 da Lei 8.666/93.

**07 – DA ADJUDICAÇÃO:**

A adjudicação do objeto desta licitação será feita mediante contrato e nota de empenho, observadas as condições estipuladas neste edital e na legislação pertinente.

**08 – DA NOTA DE EMPENHO:**

A licitante vencedora deverá receber, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, a contar da homologação do resultado, a nota de empenho.

**09 – DAS PENALIDADES:**

9.1. Ocorrendo atraso injustificado, ou com justificativa não aceita pelo CAU/RS, no cumprimento do objeto contratado, mormente no que tange as datas de entrega, incidirá multa moratória de 2% sobre o valor total do contrato, para cada dez dias de atraso.

9.2. Pela inexecução total ou parcial do fornecimento do objeto desta licitação, ou pela desistência após a adjudicação, o CAU/RS poderá aplicar as seguintes penalidades:

9.2.1. Advertência, quando a irregularidade constatada se der inadvertidamente, sem intenção de dano;

* + 1. Multa contratual de 5% sobre o valor da contratação;
    2. Suspensão temporária de licitar com o CAU/RS, por período de até 24 (vinte e quatro) meses, quando a irregularidade, vício ou violação das obrigações contratuais ocorrer pela prática de conduta culposa;
    3. Declaração de inidoneidade para licitar com a administração pública, quando a irregularidade, vício ou violação das obrigações contratuais ocorrer pela prática de conduta dolosa.

9.3. Ocorrerá ainda a retenção do respectivo crédito, caso os produtos, objeto da licitação, sejam rejeitados por motivo de imperfeições, defeitos, etc., até a sua regularização (Art. 69 da Lei 8.666/93).

9.4. A licitante adjudicatária que deixar de executar o fornecimento do objeto da licitação, dentro das especificações e quantidades estabelecidas no contrato, será responsável pela imediata substituição ou regularização do fornecimento rejeitado, cujo tempo despendido poderá ser computado como atraso, ficando portanto sujeita à aplicação das penalidades previstas na Lei 8.666/93 e no Código de Defesa do Consumidor.

**10 – DO PAGAMENTO:**

Realizada a entrega e feita a conferência da qualidade e aceitação dos produtos, o pagamento será efetuado até o 5° (quinto) dia útil, através cheque nominal, ou ordem bancária, após o encaminhamento da respectiva documentação fiscal (1a. via de nota fiscal) ao CAU/RS, assim como dos comprovantes de recolhimento de encargos sociais relativos ao INSS e FGTS.

**11 – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:**

As despesas referentes a presente licitação correrão por conta da dotação orçamentária, rubrica n°6.2.2.1.1.02.02.02.007 - Sistemas de Processamento de Dados– do CAU/RS.

**12 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:**

12.1. As propostas serão julgadas pela Comissão de Licitações do CAU/RS, que levará em conta todas as especificações desta licitação, cujos resultados serão afixados no quadro de avisos localizado no Hall de entrada sala nº 22, do prédio do CAU/RS em Porto Alegre/RS, e comunicados aos interessados.

12.2. Os documentos exigidos nesta licitação poderão ser apresentados por qualquer processo de cópia, desde que perfeitamente legíveis, e devidamente autenticadas por cartório ou, na falta de autenticação, acompanhados dos originais para permitir que essa providência seja adotada pela Comissão Permanente de Licitações, no momento de abertura dos envelopes.

12.3. Quaisquer esclarecimentos, que por ventura se fizerem necessários, poderão ser obtidos junto ao Setor de Licitações do CAU/RS, no horário das 14 horas às 18 horas, ou ainda durante todo o dia pelos telefones 3094-9812/3094-9800.

12.4. As manifestações, impugnações, e recursos, poderão ser remetidos à Comissão de Licitações via e-mail: [compras@caurs.org.br](mailto:compras@caurs.org.br).

12.5. Os envelopes “PROPOSTAS” das licitantes inabilitadas ficarão a disposição, após vencida a fase recursal, para serem retirados no prazo de 30 (trinta) dias, findo o qual serão inutilizados sem qualquer formalidade.

**13.0 - ANEXOS:**

13.1. Integram o presente edital, os seguintes anexos:

* + - * 1. ANEXO I - MODELO DE DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE, DE NÃO EMPREGAR MENOR E NEGATIVA DE PARENTESCO
      1. ANEXO II – MODELO DE DESIGNAÇÃO DE REPRESENTANTE
      2. ANEXO III – MINUTA DE CONTRATO
      3. ANEXO IV – DECLARAÇÃO DE OPTANTE PELO SIMPLES

Porto Alegre, 24 de janeiro de 2013.

**\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_**

# Roberto Py Gomes da Silveira

**Presidente do CAU/RS**

**Pacheco & Côrtes Advogados**

— **ANEXO I** —

**DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE, DE QUE NÃO EMPREGA MENORES EM SITUAÇÃO IRREGULAR, E DE NEGATIVA DE PARENTESCO**

(local e data)

A

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO CAU/RS

REFERENTE A CARTA CONVITE Nº 001/2013

###### A empresa \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, por meio de seu representante legal, Sr.(a) \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, CPF \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ (cargo que ocupa na empresa) \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ DECLARA, para fins de direito e sob as penas da lei, na qualidade de LICITANTE do certame instaurado pela CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO RIO GRANDE DO SUL, Processo n°012/2013, na modalidade CARTA CONVITE Nº 001/2013, que:

###### a) Não foi declarada INIDÔNEA para licitar com o PODER PÚBLICO, em qualquer de suas esferas;

###### b) Não mantém em seu quadro de pessoal, menores de dezoito anos em horário noturno de trabalho ou em serviços perigosos ou insalubres, não possuindo ainda, qualquer trabalho de menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos;

###### c) Não possui sócios, diretores ou empregados que mantenham parentesco em linha reta ou até o terceiro grau em linha colateral, com Presidente, Vice-Presidentes, Diretores, Conselheiros, Inspetores e funcionários do CAU/RS.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

(assinatura, nome cargo e identificação.)

— **ANEXO II** —

**MODELO DE DESIGNAÇÃO DE REPRESENTANTE**

(local e data)

A

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO CAU/RS

REFERENTE A CARTA CONVITE N.° 001/2013

ASSUNTO: DESIGNAÇÃO DE REPRESENTANTE

(Nome da empresa)\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ , participante do processo de licitação epigrafado informa que é designado o Sr. (Nome Completo) \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, portador da carteira de identidade (nº e órgão expedidor) \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, para representá-la nos atos relativos à licitação, podendo assinar atas, impugnar documentos e renunciar à interposição de recurso administrativo.

Atenciosamente,

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

***(Assinatura, Sócio-Gerente ou Diretor ou Procurador)***

***Sendo exigida Procuração com firma reconhecida em cartório.***

— **ANEXO III** —

**MINUTA DE CONTRATO**

**CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL – CAU/RS**, serviço público federal, orgão de fiscalização profissional regido pela Lei nº 12.378/10, inscrito no CNPJ/MF sob o nº14840270/0001-15, com sede na Travessa Engenheiro Acylino de Carvalho, nº33, sala nº 52, doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representado por seu Presidente, **Roberto Py Gomes da Silveira**, e a empresa \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob n°\_\_\_\_\_\_\_\_\_, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada por\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, resolvem celebrar o presente contrato, em conformidade com as disposições da Lei n° 8.666/93 consolidadas, com fundamentos no que previa o edital da **CARTA CONVITE N° 001/2013**, sob o processo n°012/2013, através das cláusulas e condições seguintes:

**— CLÁUSULA PRIMEIRA —**

**DO OBJETO**

O presente contrato tem por objetivo a **AQUISIÇÃO DE 50(CINQUENTA) UNIDADES DO PACOTE DE SOFTWARES OFFICE HOME AND BUSINESS 2010 – MICROSOFT – NOVOS, SEM USO ANTERIOR, CONTENDO WORD 2010, EXCEL 2010, POWERPOINT 2010, ONENOTE 2010 E OUTLOOK 2010.**

**— CLÁUSULA SEGUNDA —**

**DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

**Parágrafo Primeiro:**

O preço total para o fornecimento dos produtos objeto deste contrato, é de R$ \_\_\_\_(\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_), sendo o preço unitário R$ \_\_\_(\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_), constantes da proposta vencedora da licitação, aceitos pela CONTRATADA, entendido estes, como preços justos e suficientes para a total execução do presente objeto, já incluídos os impostos federais, estaduais e municipais, inclusive IPI e, ainda, as despesas de transporte, seguro e outras despesas da conta da CONTRATADA.

**Parágrafo Segundo:**

Efetuada a entrega dos produtos feita a conferência da qualidade dos mesmos, o pagamento será efetuado até o 5° dia útil, após o encaminhamento da respectiva documentação fiscal, (1a. via de nota fiscal) ao CAU/RS, acompanhada dos comprovantes atualizados, de recolhimento de encargos sociais e fiscais (comprovantes de regularidade junto ao INSS e FGTS).

**Parágrafo Terceiro:**

A contratação sofrerá a incidência da Instrução Normativa nº 1.234/2012, da Secretaria da Receita Federal, que prevê **retenções sobre os pagamentos**, para fins de recolhimento de Imposto de Renda (IRPJ), Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e Contribuição para o PIS/PASEP.

**— CLÁUSULA TERCEIRA —**

**DO PRAZO DE ENTREGA**

O prazo de entrega, que deverá se dar na sede do CAU/RS em Porto Alegre-RS, dos produtos que compõem o objeto deste contrato será de 30 (trinta) dias, a contar da data de firmatura deste ajuste.

**— CLÁUSULA QUARTA —**

**DA GARANTIA**

O prazo de garantia será de \_\_\_\_\_\_\_, a contar da data de a aceitação dos produtos entregues.

**Parágrafo Único:**

A CONTRATADA terá o prazo de 24 (vinte e quatro) horas para substituir produtos que apresentarem funcionalidades inadequadas.

— **CLÁUSULA QUINTA —**

**DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO:**

O presente contrato terá a vigência adstrita à consecução de seu objeto, em conformidade com a Lei 8.666/93, mantidas as obrigações de garantia pelo prazo constante na cláusula quarta..

— **CLÁUSULA SEXTA** —

**DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

As despesas decorrentes do presente contrato ocorrerão por conta do elemento de despesas n°6.2.2.1.1.02.02.02.007 - Sistemas de Processamento de Dados– do CAU/RS.

— **CLÁUSULA SÉTIMA** —

**DAS PENALIDADES PELO INADIMPLEMENTO**

A inexecução total ou parcial deste contrato, ou ainda, a ocorrência de atraso injustificado na execução do contrato, implicará a penalização da CONTRATADA em:

a) Advertência;

b) Multa;

c) Suspensão temporária de licitar com o CONTRATANTE por prazo de até dois anos.

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

**Parágrafo Primeiro:**

A multa prevista no item "b" será na ordem de 2% (dois por cento) sobre o valor da remessa em atraso, para cada dez dias de atraso no fornecimento, e de 5%(cinco por cento) sobre o valor do contrato, para hipótese de inexecução do contrato.

**Parágrafo Segundo:**

As sanções previstas nesta cláusula, letras "b" e "c", poderão ser aplicadas juntamente com a preventiva na letra "d", facultada a prévia da contratada no prazo de 05 dias úteis.

— **CLÁUSULA OITAVA**—

**DA INEXECUÇÃO DO FORNEIMENTO E DA RESCISÃO DO CONTRATO**

**Parágrafo Primeiro:**

Constituem motivos para rescisão do contrato o não cumprimento de cláusulas contratuais, atrasos não justificados, entrega reiterada de produtos defeituosos, e a decretação de falência da contratada, implicando na retenção de créditos decorrentes da contratação, até o limite dos prejuízos causados ao contratante.

**Parágrafo Segundo:**

A rescisão contratual poderá ser efetivada nos termos da lei, na hipótese de descumprimento total ou parcial de quaisquer das obrigações contratuais, com as conseqüências legais e instrumentais.

**Parágrafo Terceiro:**

A rescisão contratual pelos motivos enumerados nesta cláusula, acarretará a aplicação das sanções previstas no art. 8.666/93.

— **CLÁUSULA NONA** —

**DO FORO**

Fica eleito o Foro da Justiça Federal da comarca de Porto Alegre, para dirimir questões oriundas deste contrato.

E por estarem de acordo com toda as cláusulas, firmam o presente instrumento, por si e eventuais sucessores, em duas (02) vias de igual teor, para um só efeito, na presença das testemunhas abaixo.

Porto Alegre,\_\_\_ de fevereiro de 2013.

|  |  |
| --- | --- |
| \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_  **CONTRATADA** | **\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_**  **Roberto Py Gomes da Silveira**  **Presidente CAU/RS**  **CONTRATANTE** |

**ANEXO IV – OPTANTE PELO SIMPLES**

Da Instrução Normativa SRF nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012

DECLARAÇÃO A SER APRESENTADA PELA PESSOA JURÍDICA

CONSTANTE DO INCISO XI DO ART 4º

Ilmo. Sr.

(autoridade a quem se dirige)

(Nome da empresa), com sede (endereço completo), inscrita no CNPJ sob o nº..... DECLARA à (nome da entidade pagadora), para fins de não incidência na fonte do Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ), da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), e da Contribuição para o PIS/Pasep, a que se refere o art. 64 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, que é regularmente inscrita no Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples Nacional, de que trata o art. 12 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

Para esse efeito, a declarante informa que:

I - preenche os seguintes requisitos:

a) conserva em boa ordem, pelo prazo de 5 (cinco) anos, contado da data da emissão, os documentos que comprovam a origem de suas receitas e a efetivação de suas despesas, bem assim a realização de quaisquer outros atos ou operações que venham a modificar sua situação patrimonial;

b) cumpre as obrigações acessórias a que está sujeita, em conformidade com a legislação pertinente;

II - o signatário é representante legal desta empresa, assumindo o compromisso de informar à Secretaria da Receita Federal do Brasil e à entidade pagadora, imediatamente, eventual desenquadramento da presente situação e está ciente de que a falsidade na prestação destas informações, sem prejuízo do disposto no art. 32 da Lei nº 9.430, de 1996, o sujeitará, juntamente com as demais pessoas que para ela concorrem, às penalidades previstas na legislação criminal e tributária, relativas à falsidade ideológica (art. 299 do Código Penal) e ao crime contra a ordem tributária (art. 1º da Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990).

Local e data......................................................

Assinatura do Responsável

**Sr. Fornecedor:** esta declaração deverá acompanhar a nota fiscal, sendo carimbado com o CNPJ da empresa e  devidamente assinada e datada pelo representante legal da empresa